

Universidade, ensino de História do Samba e extensão: proposta educativa para minorar as desigualdades sociais e potencializar a cidadania

Aplicações profissionais. Trata-se do resultado do nosso Projeto de Extensão.

GT 25 – Educação e desigualdade social

Patrícia Marília
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo

A educação consiste num processo de ensino e aprendizagem, através da produção e da aquisição de conhecimentos úteis à transformação e ao desenvolvimento social, de modo que educar não se refere a um processo passivo de aprendizagem. É, portanto, deste modo, que o acesso à educação consiste num exercício da cidadania, pois inserir-se no processo de educação é adquirir ferramentas a uma participação mais crítica na sociedade. Nesse sentido, além de discutirmos a importância de atividades extensionistas, trazemos para o debate, entre educação e desigualdade social, a prática de um Projeto de Extensão, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como reflexão do posicionamento da universidade na busca pela superação das desigualdades sociais imperantes no Brasil.

Palavras-chave: Extensão universitária; educação; cidadania.

A educação consiste num processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo da produção e da aquisição de conhecimentos, os quais são úteis à transformação e ao desenvolvimento social, de modo que educar não se refere a um processo passivo de aprendizagem. É, portanto, deste modo, que o acesso à educação consiste num exercício da cidadania, pois inserir-se no processo de educação é adquirir ferramentas a uma participação mais crítica na sociedade.

Nesse sentido, a educação, especificamente a universitária, foco de nosso estudo, deve visar à transformação de desigualdades sociais em iguais oportunidades de participação social, as quais são materializadas a partir do exercício de autonomia e emancipação dos sujeitos. Consoante Buarque (1994, p.94, grifo do autor), “cabe à universidade ajudar na definição de uma nova modernidade que assegure o funcionamento democrático da sociedade, eliminando o *apartheid* social.” Dessa maneira, à medida que as universidades põem em prática este modelo de educação, toda a sociedade, mesmo que não tenha vínculo direto com a instituição, será beneficiada. Isso porque os profissionais que recebem a formação dessas universidades, muito provavelmente estarão aptos a intervir em prol da construção de uma sociedade mais justa, que critica seus valores e posicionamentos, visto que foram estudantes que aprenderam a ser responsáveis pela sua formação crítica e cidadã. E, além dos profissionais, beneficiam-se as pessoas que interagem com os projetos coordenados pela universidade.

A partir desse pressuposto, os conhecimentos produzidos nas universidades, e os benefícios provenientes da aplicabilidade destes, não devem se limitar a uma minoria, visto que o papel da educação consiste em mitigar as desigualdades sociais. Outrossim, “a responsabilidade social da universidade é ampla, e a sua dinâmica não pode ser apenas em suas atividades internas, ela tem um compromisso intrínseco com a mudança social.” (Instituto Euvaldo Lodi [IEL], 1986, p.15).

Nesse sentido, como uma forma das universidades públicas brasileiras levarem seus conhecimentos à população, instituiu-se a prática de atividades extensionistas, as quais estão imbricadas ao ensino e à pesquisa. De acordo com a nossa última constituição, de 1988, em seu 207º artigo, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (Constituição, 1988). Nessa direção, uma das finalidades da Universidade, estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 (1996), no Artigo 43, item VII, consiste em “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Destarte, as universidades públicas brasileiras precisam desenvolver práticas mais contundentes a respeito da indissociação supracitada, sem, no entanto, preterir a prática da extensão, como tem se verificado desde o momento de criação de tais instituições.

No Brasil, para institucionalizar e regular as práticas extensionistas das universidades, foi articulado o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), o qual, a partir de encontros e contatos periódicos, reflete e problematiza as práticas de extensão realizadas no país. Um dos produtos desse fórum consiste na Política Nacional de Extensão Universitária, criada em 2012, a qual se constitui na materialização do compromisso, por parte das universidades que a assinaram, em transformar as universidades públicas em “instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”. (Política Nacional de Extensão Universitária [PNEU], 2012, p.4). A Universidade Federal de Pernambuco, por sua vez, é uma das instituições que assinaram este documento.

Dentre os objetivos da política acima, mencionamos: a reafirmação de ações extensionistas como processo acadêmico de aprendizagem, sendo, portanto, “indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”; conquista do reconhecimento da extensão universitária como uma atuação importante que denote uma concepção de Universidade Pública compromissada com os desafios sociais; contribuição da extensão universitária como “parte da solução dos grandes problemas sociais do País”; “criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas”; priorização de ações direcionadas ao atendimento de necessidades sociais mais prementes. (PNEU, 2012, p. 5).

Esta Política Nacional de Extensão Universitária tem como um dos basilares o Plano Nacional de Extensão Universitária - cuja importância é numerada abaixo:

“1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;

2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;

3) o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;

4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.” (Plano Nacional de Extensão Universitária, S/D, pp. 5-6).

Portanto, este trabalho defende a prioridade em ações extensionistas nas universidades, visto que estas consistem numa oportunidade por meio da qual a universidade educa para intervenções sociais, no cumprimento de seu compromisso social em proporcionar cidadania. E, nesse sentido, além do público alvo, a universidade também ganha com tais ações, visto que esta, através de tais práticas,

oxigena-se a partir do contato com a realidade e se mune de ferramentas para contribuir ao desenvolvimento social.

Dessa forma,

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (PNEU, 2012, p.9, grifo do autor)

Consoante o IEL (1986, p.9), “a extensão é importante como função universitária, e podemos dizer, essencial, uma vez que através dela se configura a relação, o convívio da universidade com a população, com a cidade e com a região.”

Dessa forma, verifica-se como extremamente importante o contato da universidade, através de projetos extensionistas, com as políticas públicas. Assim, “a Universidade não pode substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, sim, somar-se aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições.” (PNEU, 2012, p.25). Nesta soma, faz-se necessário ter o máximo de clareza dos problemas sociais existentes e de em quais pretende atuar, uma vez que a extensão assume o papel de fortalecer o desenvolvimento do país através da atuação cidadã dos indivíduos, visando, a partir da garantia dos direitos básicos, o fim da desigualdade social. No caso da realidade brasileira, já existe um consenso de que a mesma é repleta de injustiças e situações de exclusão social a serem solucionadas.

Assim,

Enquanto instituição produtora do conhecimento, a Universidade deve oferecer aos governos e aos atores sociais subsídios para as escolhas que precisam ser feitas, os instrumentos científicos de que carecem para intervenções e atuações mais lúcidas e comprometidas com a plena emancipação humana. (PNEU, 2012, p.10).

Na escolha desses subsídios, a ação extensionista precisa estar imbuída de criticidade e autonomia, sobremodo para não agir apenas como reprodutora da mera produção de conhecimento, sem, no entanto, promover um desenvolvimento ético e eficaz. Dessa maneira, define-se a extensão universitária da seguinte forma: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (PNEU, 2012, p.15).

No entanto, ainda se constata que, no Brasil, a extensão universitária não tem recebido incentivos significativos por meio das universidades e instituições de fomento.

É nesse sentido que trazemos para o debate, entre educação e desigualdade social, além da importância de atividades extensionistas, a prática de um Projeto de Extensão, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como reflexão do posicionamento da universidade na busca pela superação das desigualdades sociais imperantes no Brasil. O Projeto em questão se

denomina “Samba & Saber: Incurções Sobre História do Samba na Periferia do Recife”, cujo objetivo central consiste no ensino de história do samba à bateria mirim do Grêmio Recreativo Escola de Samba Gigante do Samba, com sede localizada no bairro Bomba do Hemetério, na cidade do Recife, capital de Pernambuco, Brasil.

O ensino de história do samba para indivíduos que já vivenciam o ritmo, proporciona *empowerment*, termo da língua inglesa cujo significado é comumente atribuído a um processo de apropriação de recursos, materiais ou não, através dos quais o indivíduo e/ou um coletivo pode participar significativamente da sociedade, desfrutando de sua condição de cidadão. “O *empowerment* envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica”, diferentemente da perspectiva que visa à educação voltada à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho capitalista. (Kleba e Wendausen, 2009, p. 736).

Tais práticas, por conseguinte, são decorrências de uma educação que valoriza a apropriação da cultura. Ou seja, trata-se de um processo educativo baseado no compromisso de proporcionar aos indivíduos condições de exercerem seus direitos, sua cidadania. Destarte, consoante Gadotti (2005, p.1), a educação consiste num “dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática.” Assim, mesmo que se valorize a criação de espaços da educação não-formal, a educação formal deve continuar sendo um direito a todos os indivíduos. A cidadania, por sua vez, é configurada pelo *empowerment*, ou seja, pela aplicação do conhecimento na vida prática, fato que sequencia participação na sociedade e poder cidadão.

O ato de proporcionar os condicionantes para o exercício da cidadania constitui-se em medida promotora de saúde, entendendo saúde como o estado de bem-estar físico e psicossocial, de modo que a promoção da saúde está implicada em fortalecer a autonomia dos sujeitos, desdobrada em qualidade de vida salutar. Essa perspectiva, por sua vez, coincide com a proposta de Educação Popular de Paulo Freire, a qual tem como escopo educar para conscientizar o indivíduo, habilitando-o a lutar, de forma crítica, pelos seus direitos, bem como pela construção de outros mundos possíveis.

Igualmente, a proposta de atividades extensionistas têm Paulo Freire como um de seus basilares, visto que estas objetivam a troca de saberes entre o acadêmico e o popular, através de um trabalho interdisciplinar que favorece a visão do todo integrado. Este trabalho, por sua vez, deve ser voltado às necessidades e aos interesses da maioria da população, propiciando o desenvolvimento social e o aprimoramento e a execução de políticas públicas. Desse modo, a extensão universitária se configura numa ferramenta de mudança social, fortalecendo a justiça social e a democracia. E, através de suas ações extensionistas, a universidade tem a possibilidade de se aproximar de movimentos sociais e contribuir à pauta destes.

Nesse sentido, o objetivo do nosso Projeto de Extensão consistiu em proporcionar condições para que crianças e adolescentes da referida bateria mirim exercessem cidadania. Este objetivo partiu da crença de que a formação universitária não deve ser restrita à sala de aula e às pesquisas, devido o compromisso da universidade com a sociedade, o qual deve ser ensinado aos universitários como um dos conteúdos programáticos. Nesse sentido, segundo a PNEU (2012), o Plano Nacional de Educação (PNE) já aprovou uma medida que estabeleceu a computação de 10% dos créditos curriculares das universidades em atividades extensionistas, o que, entretanto, ainda não se verifica nas instituições de ensino superior do Brasil, embora se reconheça um aumento de tais atividades nas mesmas. No que se refere à sala de aula, deve-se considerar esta como espaços dentro e fora da universidade, nos quais os conteúdos devem ser abordados a partir de metodologias participativas.

Dessa maneira, a extensão universitária configura-se como um laboratório empírico que possibilita aprender a desempenhar tal compromisso.

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *currículum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (Santos, 2010, p. 73)

Nesse sentido, o ensino de história do samba, atrelado ao ensino da sociedade brasileira, configurou-se num meio de incentivo à leitura e promoção de saúde e qualidade de vida aos membros da referida Bateria, resultando numa vivência de cidadania, através da construção de conhecimento processada no contexto do próprio público-alvo. Salienta-se, ainda, que o conceito de qualidade de vida, pelo seu caráter político, está relacionado à democracia e aos direitos humanos e sociais.

Assim, o período de desenvolvimento do projeto constituiu-se, para sua equipe, numa oportunidade de refletir e problematizar sobre o processo brasileiro de educação, inserido no contexto de desigualdade social.

Educar, em termos morfológicos, consiste, em uma de suas acepções, num verbo transitivo direto cujo significado, de acordo com Houaiss e Villar (2001, p. 1101) é “1. dar a (alguém) todos os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento de sua personalidade. 2. Transmitir saber a; dar ensino a; instruir”. Esse processo, portanto, não é neutro, visto que, em diferentes sociedades e momentos históricos, reflete interesses peculiares de grupos específicos, os quais, para exercer influências significativas no processo educativo, contam com o poder que lhes cabem, caracterizando este processo como sendo político. Ao analisar o momento atual, constata-se que a educação tem sido, preponderantemente, instrumentalizada pelo sistema capitalista.

Nesse sentido, tem-se estimulado a promoção das faculdades humanas com o objetivo de formar mãos-de-obra ao capital. Este é o modelo de educação presente em grande parte das escolas, universidades, faculdades e demais instituições brasileiras que se proponham a prestar serviços educativos. E a educação está se tornando sinônimo de preparação para o mercado, de modo que, por exemplo, as profissões mais procuradas têm sido as que proporcionam maiores rentabilidades. Pouco se investe em criticidade e autonomia, conquanto estas sejam o sustentáculo da cidadania.

Consoante Neves (1994, p.23),

Historicamente, o capital vem se apropriando da ciência socialmente produzida, assim como da escola enquanto espaço social de sua criação e difusão, tanto para incrementar incessantemente o capital fixo como para extrair da força de trabalho o máximo possível de mais-valia, obtida prioritariamente pela organização intensiva do trabalho, caracterizada pela utilização de métodos racionalizados de controle do processo de trabalho e pela adequação das capacidades intelectuais e comportamentais do trabalhador à nova lógica da acumulação.

Assim, ainda de acordo com a autora supracitada “a grande indústria passa a impor, dessa maneira, a formação de um novo tipo de homem. (...) A sua atenção volta-se agora para um novo tipo de homem, ligado direta ou indiretamente ao processo produtivo de base científica.” (Neves, 2004,

p.18). A formação desse novo tipo de homem é descomprometida com aprendizados críticos e autônomos, todavia, com a lógica da produção e da busca por lucros exponenciais. Nesse contexto, a cidadania, cujo objetivo é valorar a capacidade do homem de participação social, perde seu caráter valorativo.

Ao contrário desse *modus faciendi* de educação, este trabalho, bem como o Projeto de Extensão como um todo, enraiza-se nos conceitos e práticas da Educação Popular, a qual se conceitua como “aquela que é produzida pelas classes populares ou para as classes populares, em função de seus interesses de classe”, sendo tais classes consideradas como as que “vivem uma condição de exploração e de dominação no capitalismo, sob suas múltiplas formas.” (Bezerra e Brandão, 1978, p.63). E, em relação à crítica à neutralidade supramencionada, Gadotti (1992, p. 9) afirma que “a educação popular questionou tanto a noção de uma educação neutra ou apolítica, como a questão de que todo conhecimento é objetivo, sem nenhuma subjetividade, sem participação de interesses sociais”.

Dessa maneira, a educação popular consiste num compromisso político em proporcionar aos indivíduos oportunidades para problematizarem suas realidades e, a partir dessa prática, construir conhecimentos que lhes sejam úteis e aplicáveis em seus contextos existenciais. Não se trata, portanto, de ensino e apreensão de conhecimentos alheios às reais necessidades. Destarte,

A educação, neste caso, não é meramente *para*, mas um esforço de se fazer um trabalho educativo *em conjunto com*, onde, sem perder suas especificidades, os parceiros se encontrem numa experiência de conhecimento comum. Educação feita *de acordo com os interesses de classe das classes populares*. (Bezerra e Brandão, 1978, p.65, grifo dos autores).

Nesse sentido, a educação popular tem como princípio conscientizar o povo a aprender a ser cidadão, a construir sua cidadania, pois, ao exercer a cidadania, o indivíduo desfruta de qualidade de vida salutar. E, a esse aprendizado está imbrincado a prática de agir e lutar pelos direitos, visto que, baseando-se em Manzini-Covre (2007, p. 10), “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor”.

Assim, a partir da educação popular, deve-se conferir o caráter de popular à universidade, processo potencializado pela ações extencionistas. Contudo, ressalta-se que, consoante Santos (2012, como citado em Benzaquen, 2012, p.919), “a Universidade é popular, não porque o conhecimento acadêmico tenha de ser divulgado entre as classes populares, mas porque são as classes populares a protagonizar diálogos entre os seus conhecimentos próprios e os conhecimentos acadêmicos”. A educação popular por estar presente na universidade convencional, visto que esta educação popular não é caracterizada por algum espaço específico, porém por sua inclinação em construir conhecimentos úteis ao fim da desigualdade social embasada na exploração e dominação.

No contexto de atuação do nosso projeto, o ensino de História do Samba configura-se num mecanismo impulsionador do exercício cidadão, visto que o público-alvo para quem os ensinamentos são direcionados trata-se de um grupo que já vivencia o ritmo do samba em seu dia-a-dia, de modo que o conhecimento da história da cultura vivenciada consiste numa ferramenta que incentiva a autonomia. Atuação, portanto, inserida na perspectiva da educação popular, pois nosso interesse não consiste em transmitir conhecimentos às crianças e adolescentes numa via unilateral. Ao contrário, baseando-nos nos ensinamentos de Paulo Freire, acreditamos que “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos.” (FREIRE, 1987, p. 68).

Dessa maneira, o projeto se distanciou de práticas presentes em muitas escolas, cujos projetos político-pedagógicos não prezam pela criatividade da construção do conhecimento, uma vez que partimos do pressuposto segundo o qual uma escola deva “ser um espaço de *educação popular* e não apenas o lugar da transmissão de alguns conhecimentos cuja valorização se dá à revelia dos interesses populares; uma escola cuja boniteza se manifeste na possibilidade da formação do sujeito social.” (GADOTTI, 1992, p.73, grifo do autor).

Educação popular, portanto, consiste numa tarefa educativa cujo propósito primordial é conscientizar criticamente os indivíduos de sua realidade e da realidade da sociedade como um todo, sobretudo as áreas em que imperam as dinâmicas de hegemonia. E, além do mais, busca-se incentivar os sujeitos a “alternar essa hegemonia, propondo uma nova ordem social, uma nova cultura política, um novo estilo de relações educativas, enfim um novo projeto social”. (GADOTTI, 1992, p.9).

Relacionada a esta proposta de educação popular, a PNEU (2012, p.25) propõe que “a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas esteja orientada pelo compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e combate a todas as formas de desigualdade e discriminação.”

A partir dessa proposta de educação popular, no tocante ao ensino de História do Samba, o projeto baseou suas ações com vistas à proporção de cidadania e qualidade de vida, com base no princípio de que “educar para outros mundos possíveis é fazer da educação, tanto formal, quanto não-formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado.” (GADOTTI, S/D p.6).

Assim, no que se refere à metodologia, como intermédio para o alcance dos objetivos pretendidos pelo projeto, adotamos a ludicidade no processo de ensino-aprendizagem, através de músicas, obras fílmicas (documentários, filmes, musicais), leituras coletivas e individuais, bem como aulas expositivo-participativas.

Nesse sentido, construir e desenvolver um projeto de extensão através da UFPE consistiu num desafio instigante à equipe responsável pelo mesmo, sobretudo devido ao fato da universidade ainda não conceder igual prioridade à extensão, tal como o faz com a pesquisa e o ensino. Entretanto, cientes do nosso compromisso social, aceitamos este desafio de proporcionar cidadania aos integrantes da referida bateria mirim.

Como principal entrave, salientamos a dificuldade em conseguir recursos financeiros ao desenvolvimento das atividades do Projeto. Porém, mesmo devido às dificuldades perenes, o projeto conseguiu cumprir seus objetivos, pois oferecemos contribuições ao fortalecimento de raízes culturais, proporcionando-lhes o exercício da cidadania, contribuindo, assim, à diminuição da desigualdade social dos mesmos.

Assim, a partir de nossos estudos e pesquisas, sobretudo a partir da empiria do projeto mencionado aqui, constatamos que

Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer. (PNEU, 2012, pp. 12-13).

Igualmente, sem tal interação, “corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública.” (PNEU, 2012, p.15).

Por fim, mencionamos, enfaticamente, a importância de projetos de extensão nas Universidades, pois essa prática denota o comprometimento desta com a sociedade, com o desenvolvimento de projetos que potencializem a capacidade criativa dos indivíduos.

Entretanto, para que a extensão possa ocupar todo o espaço que lhe é devido, é indispensável um esforço conjunto, da Universidade e de cada um dos segmentos da sociedade, que estejam envolvidos e comprometidos com a educação superior e com a sua responsabilidade direta com a mudança social. (IEL, 1986, p. 18).

Nesse sentido, o processo educativo, deve ter como missão formar o indivíduo para que suas práticas estejam imbuídas de exercício da cidadania que busca a transformação de sua realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACK, F. S., LAUERMANN, R. I. & WEYH, C. B. (2009) *Educação Popular e a Práxis Freiriana no Contexto Atual*. Revista Eletrônica de Extensão da URI, V. 5, n.7, pp.47-51. Recuperado em 1 de março, 2012, de http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_007/artigos/artigos_vivencias_07/Artigo_06.pdf

BENZAQUEN, J. F. (2012). *A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos*. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, pp. 917-927.

BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs.) et alii. *A Questão Política da Educação Popular*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BUARQUE, C. (1994). *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Editora da Universidade de Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARVALHO, S. R. (2004). *Os Múltiplos Sentidos da Categoria “Empowerment” no Projeto de Promoção à Saúde*. Cad. Saúde pública, 20(4), pp.1088-1095. Recuperado em 1 de março, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n4/24.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 15 de agosto 2013, de http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf

FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GADOTTI, M. (S/D) *Paulo Freire e a Educação Popular*. Revista Trimestral de Debate da FASE. pp.21-27. Recuperado em 15 março, 2012, de http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf

_____. (2005). *A Questão da Educação Formal/Não-Formal*. Institut International Des Droits De L'enfant (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse). Recuperado em 7 de maio, 2013, de <http://pt.scribd.com/doc/53944682/GADOTTI>

GADOTTI, M. & TORRES, C. A. (1992). *Estado e Educação Popular na América Latina*. Campinas, SP: Papirus.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. (2001). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva.

INSTITUTO EUVALDO LODI. (1986). *A extensão universitária: uma proposta renovada*. [s.l.]. pp. 1- 19.

KLEBA, M. E. & WENDAUSEN, A. (2009). *Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política*. Saúde Soc. V.18 n.4, pp.733-743. Recuperado em 1 de março, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996. Recuperado em 15 de agosto, 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

MANZINI-COVRE, M. L. (2007). *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense.

NEVES, L. M. W. (1994). *Educação e Política no Brasil de Hoje*. São Paulo: Cortez.

Plano Nacional de Extensão Universitária. (S/D). Recuperado em 26 de julho, 2013, de <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>

Política Nacional de Extensão Universitária. (2012). Manaus. Recuperado em 26 de julho, 2013, de <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>

SANTOS, B. S. (2010). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez.